



CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
Departamento Jurídico

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 21/2025

Interessado: COMISSÃO DE REDAÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Autoria: Prefeito Municipal

1 - RELATÓRIO

Vistos, etc.

Trata-se de consulta formulada pela Comissão de Redação, Justiça e Legislação (ofício CRJL nº 21/2025) acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 21/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a alteração do período do mandato dos diretores nas unidades educacionais da rede pública de ensino municipal, que passa de 02 (dois) para 03 (três) anos.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município de Cafeara, por sua vez, assevera que compete privativamente ao Prefeito promover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores (art. 63, inciso IX) e organizar os serviços internos das repartições criadas por lei (art. 63, inciso XXIV).

No mesmo sentido o art. 43 da Lei Orgânica Municipal preleciona que é de iniciativa privativa do Prefeito o Projeto de lei que disponha sobre criação, transformação e extinção de cargos públicos (inciso I) e sobre criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração direta (inciso III).

No mérito, não se vislumbram irregularidades formais no Projeto de Lei ora em análise.

Vale registrar que a análise jurídica realizada pelo Departamento Jurídico da Câmara é apenas quanto aos aspectos legais, jurídicos e regimentais, não cabendo aqui a análise da aplicabilidade dos critérios e parâmetros pretendidos pelo Poder Executivo.

3 - CONCLUSÃO

M. M. do



CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
Departamento Jurídico

Por todo o exposto, o presente projeto de lei está apto para ser votado pelo Poder Legislativo.

Câmara Municipal de Cafeara (PR), 04 de dezembro de 2025.

Leonardo Fregonesi de Moraes
Procurador Jurídico
OAB/PR 68.566